



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PROCESSO CJF n. 0000921-59.2024.4.90.8000

CONTRATO CJF N. 034/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 034/2025, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**, E **JAMC CONSULTORIA E REPRESENTACAO DE SOFTWARE**.

O **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**, órgão integrante do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 00.508.903/0001-88, com sede no Setor de Clubes Esportivos Sul, Trecho III, Polo 8, Lote 9, Brasília - DF, neste ato representado(a) por seu Diretor Executivo de Administração e de Gestão de Pessoas, o senhor **LUIZ ANTONIO DE SOUZA CORDEIRO**, matrícula 1075, doravante denominado CONTRATANTE, e a **JAMC CONSULTORIA E REPRESENTACAO DE SOFTWARE LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 24.425.034/0001-96, sediada no SCES Trecho 2, Centro de Lazer Beira Lago, Conj 08, Loja 03, Asa Sul, Brasília-DF, doravante designado CONTRATADA, neste ato representado(a) por seu Sócio Administrador, **JOSÉ ÁNDRE MENDES COIMBRA**, conforme os poderes constantes nos atos constitutivos da empresa apresentado nos autos, tendo em vista o que consta no Processo STJ/SEI n. STJ 38832/2023 e Processo CJF/SEI n. 0000921-59.2024.4.90.8000 e em observância às disposições da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, **RESOLVEM CELEBRAR** o presente termo de contrato, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO 90074/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste contrato o fornecimento de serviço contínuo de solução de governança, compliance, segurança e auditoria de dados não estruturados, incluindo análise e segurança de credenciais de usuários de rede, coleta e correlacionamento de eventos com informações provenientes de análise de dados não estruturados e metadados. Incluindo serviços de suporte técnico assistido, instalação, treinamento com transferência de conhecimento do ambiente implantado, incluindo também serviço de apoio a análise, investigação e tratamento de incidentes de segurança, conforme condições dispostas neste contrato e no Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. o Edital de Licitação - Protocolo SEI (0659928);

1.2.2. o Termo de Referência n. 0061/2024 - versão 11 - Protocolo SEI (0659929);

1.2.3. a Proposta da CONTRATADA - Protocolo SEI (0659932);

1.2.4. eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1. A CONTRATADA deverá ter conhecimento e capacitação técnica para fornecer e prestar os serviços abaixo relacionados:

2.1.1. A execução do objeto consistirá no fornecimento de licenças, instalação e suporte técnico do fabricante conforme especificações contidas no ANEXO I do Termo de Referência;

2.1.1.1. Após a assinatura da ata de registro de preços, a solicitação de execução do objeto será requerida pelo gestor da contratação mediante pedido de compra e, após empenhamento, formalizada por contrato;

2.1.1.1.1. A CONTRATADA deverá comprovar o registro das licenças junto ao fabricante, em nome do CJF;

2.1.1.1.2. Para o Lote 2, o **CJF** poderá requerer a execução integral do quantitativo de todos os itens durante a vigência da Ata.

2.1.1.2. Após recebimento do plano de implantação, nos termos do item anterior, a equipe técnica avaliará o plano no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, que se manifestará pela aprovação ou rejeição por meio do termo de recebimento provisório;

2.1.1.3. Em caso de rejeição, a equipe técnica deve emitir parecer com as recomendações, que devem ser atendidas pela CONTRATADA em um novo plano de implantação no prazo de até 5 (cinco) dias corridos após recebimento do parecer de rejeição;

2.1.1.4. Somente após aprovação do plano pela equipe técnica será emitido termo de recebimento definitivo.

2.1.2. Entregar documento, definido como Plano de Implantação, que deverá conter cronograma da entrega, instalação e configuração dos produtos que fazem parte da solução contratada, previsão de recursos, pessoas envolvidas, atividades a serem desenvolvidas pelo CONTRATANTE e CONTRATADA e indicar os principais riscos e forma de mitigação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da assinatura do contrato;

2.1.3. As licenças que fazem parte da solução de auditoria deverão ser entregues no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos a contar da assinatura do contrato;

2.1.4. Concluir, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da emissão do termo de recebimento definitivo do plano de implantação, a instalação e configuração da solução (item 8 do Lote 2 do objeto), em plena compatibilidade com o ambiente computacional do CONTRATANTE e em conformidade com a proposta técnica apresentada, cumprindo todas as demais cláusulas de garantia e atendimento técnico constantes do Termo de Referência, nos prazos e termos estipulados;

2.1.4.1. A CONTRATADA seguirá as normas e procedimentos internos referentes à implementação de mudanças no ambiente de produção de TIC do CJF;

2.1.4.2. Os serviços de instalação e configuração da solução obedecerão às seguintes fases principais:

Atividade	Descrição	Responsável
1	Instalação da solução no ambiente do CJF	CONTRATADA
2	Configuração inicial da solução	CONTRATADA
3	Adequação de configurações da solução em uso para solução contratada;	CONTRATADA
4	Monitoramento inicial do funcionamento	CONTRATADA e CJF
5	Recebimento definitivo	CJF

2.1.5. Durante o prazo contratual, o CONTRATANTE deve ter direito de atualização de versões dos softwares fornecidos. Tal garantia faz parte dos itens 6 e 7 do Lote 2 do Termo de Referência;

2.1.6. Caso alguma versão de software tenha sido descontinuada pela fabricante, é responsabilidade da CONTRATADA realizar a atualização ou troca de produto por alternativa suportada pelo fabricante;

2.1.7. Durante o período contratual, a CONTRATADA deverá executar sem ônus adicionais a correção de falhas (bugs) de software;

2.1.8. O CONTRATANTE deverá ter direito a abertura de chamados diretamente junto ao fabricante, com quantidade ilimitada de solicitações. Tal direito advém dos itens 6 e 7 do Lote 2 do Termo de Referência;

2.1.9. A abertura de chamados com o fabricante deve ocorrer por meio de central de abertura de chamados 24x7, telefone, e-mail ou sítio dedicado;

2.1.10. Os chamados de suporte abertos com o fabricante deverão ser priorizados por nível de urgência conforme abaixo:

Severidade	Descrição	Tempo para início de atendimento	Tempo para solução após o registro do chamado
------------	-----------	----------------------------------	---

1	Impacto crítico impossibilitando o uso do sistema, como: a) Interrupção total do funcionamento da solução. b) Falha de hardware. Fonte queimada. Refrigeração inadequada. Interface de rede sem conectividade. Problemas que requeiram troca de componentes ou do equipamento. c) Conexões intermitentes entre redes. Perdas significativas de pacotes.	até 60 minutos	Em até 12 (doze) horas
2	Impacto significativo prejudicando a operação do sistema, como: a) Perda de acesso à console de gerência sem interrupção do serviço. b) Indisponibilidade de acesso aos logs em tempo real.	até 90 minutos	Em até 24 (vinte e quatro) horas
3	Problemas ou dúvidas criando algumas restrições à operação do sistema, como: a) Erros durante a configuração de regras, criação de objetos, criação de perfis de segurança. b) Comportamento da solução em desacordo com o especificado na documentação técnica, que não causam interrupções mais limitam a utilização da solução.	até 120 minutos	Em até 48 (quarenta e oito) horas
4	Problemas ou dúvidas que não afetam a operação do sistema, como: a) Sanar dúvidas sobre configuração de recursos e funcionalidades da solução ofertada.	até 120 minutos	Em até 72 (setenta e duas) horas

2.1.11. O prazo para iniciar o atendimento se inicia a partir do instante do acionamento do suporte;

2.1.12. O atendimento das severidades 1 e 2 deverão ser prestadas de forma ininterrupta, ainda que o prazo para solução do problema avance sobre dia não útil.

2.1.13. O atendimento das severidades 3 e 4 descritas na tabela acima poderão ser transferidas para o próximo dia útil caso o prazo para solução do problema alcance dia não útil.

2.1.14. Quanto ao treinamento:

2.1.14.1. O início do treinamento ocorre após emissão do termo de recebimento definitivo da implantação e autorização por meio da emissão da ordem de serviço.

2.1.14.1.1. O início do treinamento deve ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após emissão da ordem de serviço.

2.1.14.2. O treinamento oficial do fabricante poderá ser realizado de forma remota (on-line) ou presencial, conforme solicitado pelo CONTRATANTE.

2.1.14.3. Após a solicitação do treinamento, a CONTRATADA terá o prazo de 7 (sete) dias úteis para apresentar o programa e o cronograma de treinamento.

2.1.14.4. Caso o CONTRATANTE solicite alterações no programa de treinamento, a CONTRATADA terá até 2 (dois) dias úteis para apresentação de uma nova versão do programa.

2.1.14.5. A CONTRATADA deverá realizar treinamento para uma turma com 10 (dez) servidores indicados pelo CONTRATANTE;

2.1.14.6. O treinamento deve ter carga horária mínima de 20 (vinte) horas.

2.1.14.7. O escopo do treinamento deve cobrir conceitos de configuração, operação, administração, gerência, otimização, resolução de problemas e gestão de todos os componentes da solução de forma que os servidores e colaboradores capacitados possam colocar a solução em produção, bem como planejar mudanças de configuração no ambiente considerando, ainda:

- 2.1.14.7.1. O detalhamento dos componentes da solução, suas definições, suas interconexões e todas as informações técnicas necessárias ao seu pleno funcionamento e operação;
- 2.1.14.7.2. A orientação sobre os componentes, procedimentos de instalação e administração das soluções, explorando todas as funcionalidades exigidas na especificação técnica do fabricante;
- 2.1.14.7.3. A orientação sobre a topologia lógica da solução implantada;
- 2.1.14.7.4. A carga horária máxima diária será de 8h (oito horas). O treinamento deverá ocorrer em dias úteis e em horário comercial;
- 2.1.14.7.5. O treinamento deverá admitir mais participantes na condição de ouvintes (limitados a quatro ouvintes);
- 2.1.14.7.6. Deverá ser disponibilizado material didático em formato digital, sem custo adicional para o CONTRATANTE. Todo material deverá estar, preferencialmente, em língua portuguesa (Brasil), podendo ser em idioma estrangeiro (inglês);
- 2.1.14.7.7. Deverá ser emitido certificado de participação ao final do curso a cada participante, detalhando programa, carga horária e período de realização;
- 2.1.14.7.8. A CONTRATADA deverá aplicar um questionário de avaliação para preenchimento obrigatório de todos os participantes, previamente acordado com a fiscalização do contrato. Será considerado como satisfatório o percentual de aprovação acima de 70% (setenta por cento);
- 2.1.14.7.9. O questionário de avaliação será aplicado na última aula do treinamento;
- 2.1.14.7.10. Caso o treinamento oficial do fabricante não seja satisfatório em relação aos aspectos relacionados à carga horária, programa apresentado e estrutura, este deverá ser realizada novamente, sem ônus adicional ao CONTRATANTE;
- 2.1.14.7.11. O treinamento oficial do fabricante deverá ser realizado por técnicos qualificados e certificados pelo fabricante.
- 2.1.15. Serviço de apoio operacional, investigações análise de alertas e comportamentos suspeitos.
- 2.1.15.1. O início da execução dos itens 5 e 10 ocorre após emissão do termo de recebimento definitivo da implantação e autorização por meio da emissão da ordem de serviço.
- 2.1.15.1.1. A distribuição das quatro horas mensais ao longo do mês ficará a cargo do CONTRATANTE.
- 2.1.15.1.2. O referido item deve ser executado e faturado mensalmente.
- 2.1.15.2. A CONTRATADA deverá prover o serviço de apoio operacional, investigação e análise de alertas e comportamentos suspeitos, com atendimento remoto para solução através profissional da CONTRATADA em horário a ser definido pelo CONTRATANTE, podendo ser no período matutino ou vespertino não excedendo 4 (quatro) horas mensais.
- 2.1.15.3. O serviço consiste:
- 2.1.15.3.1. No fornecimento de informações e esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE;
- 2.1.15.3.2. Em intervenções técnicas para solução de incidentes e problemas que estejam impactando a solução;
- 2.1.15.3.3. Em orientações técnicas sobre melhores práticas para uso da solução;
- 2.1.15.3.4. Em intervenções técnicas para parametrização e configuração da solução.
- 2.1.15.4. Este serviço não pode ser confundido com os serviços de suporte/garantia e manutenção, já contemplados na solução (fazem parte dos itens 6 e 7 do Lote 2 da solução).
- 2.1.15.5. A CONTRATADA deverá prestar os serviços com duração de 1 (uma) hora semanal, compreendendo, mas não se limitando, ao seguinte escopo de atendimento da solução:
- 2.1.15.5.1. Identificar quem tem acesso à uma pasta;
- 2.1.15.5.2. Geração de relatório de conformidade técnica "health check";
- 2.1.15.5.3. Identificar que pasta determinado usuário tem permissão para acessar;
- 2.1.15.5.4. Identificar quais pastas um grupo global tem acesso;
- 2.1.15.5.5. Identificar permissões dos usuários de compartilhamento e NTFS nas pastas;
- 2.1.15.5.6. Identificar permissões dos grupos de compartilhamento e NTFS nas pastas;
- 2.1.15.5.7. Identificar pastas que contém dados sensíveis;
- 2.1.15.5.8. Identificar arquivos que contém dados sensíveis;
- 2.1.15.5.9. Identificar pastas com dados ociosos por mais de 90 dias;

- 2.1.15.5.10. Identificar proprietário de determinada pasta;
- 2.1.15.5.11. Visualizar eventos realizados dentro dos servidores de arquivos (Arquivos/Pastas abertos, modificados, criados, apagados e outros);
- 2.1.15.5.12. Recomendações e Modelagem;
- 2.1.15.5.13. Criar regras de classificação para dados sensíveis;
- 2.1.15.5.14. Identificar quem são os membros do grupo do AD;
- 2.1.15.5.15. Identificar que grupo determinado usuário pertence;
- 2.1.15.5.16. Identificar contas sem política de senha;
- 2.1.15.5.17. Identificar contas sem atividade de logon por mais de 90 dias;
- 2.1.15.5.18. Identificar contas ativadas sem expiração de senha;
- 2.1.15.5.19. Identificar contas desabilitadas;
- 2.1.15.5.20. Visualizar eventos realizados dentro do AD;
- 2.1.15.5.21. Remediação de contas de computador que são contas de administrador;
- 2.1.15.5.22. Identificar quem tem acesso à uma caixa de e-mail específica;
- 2.1.15.5.23. Identificar quais caixas de e-mail determinado usuário tem acesso;
- 2.1.15.5.24. Identificar quem tem acesso à uma pasta pública, e quais são essas pastas;
- 2.1.15.5.25. Visão completa e bidirecional das permissões;
- 2.1.15.5.26. A caixa de correio na qual a operação foi executada;
- 2.1.15.5.27. O item ou mensagem em que a operação foi executada (Sujeito, ID da mensagem da Internet, Horário de envio, Remetente, Destinatários (incluindo Cópia oculta), Tipo de item (e-mail, compromisso, tarefa, etc.), Anexos);
- 2.1.15.5.28. Em qual pasta da caixa de correio o item está localizado;
- 2.1.15.5.29. De qual cliente (Outlook/OWA) e versão do cliente o item foi enviado;
- 2.1.15.5.30. De qual endereço IP o item foi enviado;
- 2.1.15.5.31. Recomendações e Modelagem;
- 2.1.15.5.32. Identificação de propriedade de dados;
- 2.1.15.5.33. Detecção de notificação de atividade suspeita;
- 2.1.15.5.34. Investigar alertas através da dashboard;
- 2.1.15.5.35. Configurar e-mail, syslog ou snmp para recebimento de alerta;
- 2.1.15.5.36. Habilitar alertas importantes de segurança, como:
- 2.1.15.5.37. Comportamento anormal: acesso a uma quantidade incomum de dados confidenciais ociosos;
- 2.1.15.5.38. Atividade de criptografia detectada;
- 2.1.15.5.39. Ataque de downgrade de criptografia;
- 2.1.15.5.40. Criptografia de múltiplos arquivos;
- 2.1.15.5.41. Arquivo criptografado por ransomware;
- 2.1.15.5.42. Padrão imediato detectado: as ações do usuário se assemelham a ransomware;
- 2.1.15.5.43. Falha de operação em uma ferramenta de exploit;
- 2.1.15.5.44. Possível escalção de privilégio;
- 2.1.15.5.45. Suspeita de ataque de força bruta;
- 2.1.15.5.46. Possível replicação do AD;
- 2.1.15.5.47. Visualizar trilha de auditoria a partir do alerta;
- 2.1.15.6. A CONTRATADA deverá disponibilizar profissional qualificado na solução para o atendimento.
- 2.1.15.7. O profissional da CONTRATADA, o qual será responsável pelo apoio operacional, deverá possuir certificação do fabricante para realização atendimento.
- 2.1.15.8. O profissional da CONTRATADA deverá propor e tomar as ações necessárias para o ambiente do CONTRATANTE seguindo as melhores práticas do fabricante.

2.1.15.9. O profissional deverá apoiar a equipe do CONTRATANTE com emissão de relatórios da solução, com intuito de melhoria contínua do ambiente.

2.1.15.10. A CONTRATADA deverá emitir relatório mensal com as atividades realizadas ao longo do mês em questão, que será utilizado como meio para os atestes mensais da efetiva realização do serviço de apoio operacional.

2.1.16. Cronograma de Execução

ETAPAS	DESCRIÇÃO	PRAZO
1	Reunião de alinhamento	Até 15 (quinze) dias corridos após assinatura do contrato
2	Entregar Plano de Implantação	Até 30 (trinta) dias corridos, a contar da assinatura do contrato
3	Entregar as licenças da solução (itens 6 e 7 do Lote 2)	Até 60 (sessenta) dias corridos a contar da assinatura do contrato
4	Emitir termo de recebimento provisório referente à entrega das licenças (itens 6 e 7 do Lote 2) e plano de implantação e treinamento (item 9 do Lote 2)	Até 5 (cinco) dias úteis, contados da entrega das licenças, do plano de implantação e do encerramento do treinamento
5	Instalação e configuração (item 8 do Lote 2)	Até 30 (trinta) dias corridos, a contar da emissão do termo de recebimento definitivo do plano de implantação
6	Emitir termo de recebimento provisório referente ao item 3	Até 5 (cinco) dias úteis, contados da entrega da implantação
7	Emitir termo de recebimento definitivo referente à instalação e configuração (item 8 do Lote 2) e plano de implantação	Até 5 (cinco) dias úteis, contados da finalização do recebimento provisório do plano de implantação e da implantação
8	Emitir termo de recebimento definitivo referente à entrega das licenças (itens 6 e 7 do Lote 2)	Até 5 (cinco) dias úteis, a contar da emissão do termo de recebimento definitivo da implantação
9	Realizar treinamento	Até 15 dias corridos após emissão da Ordem de Serviço
10	Emitir termo de recebimento definitivo do Treinamento (item 9 do Lote 2)	Até 5 (cinco) dias úteis, após confirmação da finalização do treinamento e entrega da lista de presença
11	Iniciar serviço de apoio operacional (item 10 do Lote 2)	Imediatamente após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo do item 8 do Lote 2

CLÁUSULA TERCEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

4.1. Na contagem dos prazos estabelecidos, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento, observando o seguinte:

4.1.1. os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;

4.1.2. os prazos expressos em meses serão computados de data a data, exceto se não houver o dia equivalente àquele do início, hipótese na qual se considera como termo o último dia do mês;

4.1.3. os prazos expressos em anos serão computados de data a data;

4.1.4. nos prazos expressos em dias úteis serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no CONTRATANTE;

4.1.5. o prazo será prorrogado até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente no CONTRATANTE, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica;

4.1.6. só se iniciam e vencem os prazos definidos neste contrato e seus anexos em dias de expediente no CONTRATANTE.

4.2. O CONTRATANTE responderá o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 76 dias úteis, a contar da solicitação.

4.2.1. O prazo ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não apresentar a documentação solicitada pelo CONTRATANTE para a comprovação da força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. Os prazos e as condições de recebimento do objeto estão detalhadas no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. As regras relativas à gestão e à fiscalização da contratação, e os respectivos responsáveis, estão definidas no Termo de Referência, anexo a este contrato, e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do Superior Tribunal de Justiça.

6.1.1. A fiscalização deste contrato será realizada de forma preventiva, rotineira e sistemática pela equipe de gestão designada pelo Secretário de Administração do CJF.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA

7.1. O prazo de garantia técnica dos serviços executados, incluindo a garantia legal, será de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

7.2. A garantia será prestada com vistas a manter os softwares fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.

7.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos softwares pela própria CONTRATADA, ou, se for o caso, por meio de assistência autorizada pelo próprio fabricante, de acordo com as normas técnicas específicas.

7.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos softwares, compreendendo correção de "bugs", atualizações de segurança e demais correções necessárias.

7.5. A garantia técnica contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

CLÁUSULA OITAVA - DA POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

8.1. A CONTRATADA declara receber cópia da [Resolução nº 709 de 1º de junho de 2021](#), ter sido informada sobre a política de sustentabilidade do Conselho da Justiça Federal e compromete-se a cumprir os requisitos legais e os definidos no normativo, observadas as normas federais e distritais quanto aos critérios de preservação ambiental, quando aplicáveis ao objeto deste contrato.

CLÁUSULA NONA - REQUISITOS DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA

9.1. Controle de Acesso Granular: a solução deve fornecer acesso granular à console, permitindo a definição de permissões específicas para usuários e grupos, limitando o acesso apenas ao necessário para realizar suas funções

9.2. Monitoramento de Atividades de Usuários: deve ser capaz de monitorar e registrar atividades de usuários em tempo real, identificando comportamentos suspeitos ou não autorizados.

9.3. Detecção de Ameaças Internas: É essencial que a solução possa detectar e responder a ameaças internas, como acesso não autorizado por funcionários ou vazamento de dados.

9.4. Auditoria e Relatórios de Segurança: Deve oferecer recursos abrangentes de auditoria e geração de relatórios para ajudar na conformidade regulatória e na identificação de vulnerabilidades de segurança.

9.5. Proteção de Dados Sensíveis: deve identificar e proteger dados sensíveis contra acesso não autorizado ou vazamento.

9.6. Monitoramento de Alterações em Permissões de Arquivos: deve ser capaz de monitorar e registrar alterações nas permissões de arquivos e pastas, ajudando a evitar o acesso não autorizado.

9.7. Criptografia de Dados em Repouso e em Movimento: deve oferecer recursos de criptografia para proteger os dados tanto em repouso quanto em movimento, garantindo que eles permaneçam seguros, mesmo se forem interceptados.

9.8. Integração com Soluções de Segurança Existente: deve viabilizar a integração com outras soluções de segurança cibernética do CJF, possibilitando uma arquitetura de segurança em camadas.

9.9. Atualizações e Suporte Contínuos: deve oferecer atualizações regulares de segurança e suporte técnico abrangente para garantir que sua implementação permaneça protegida contra as últimas ameaças cibernéticas.

9.10. Conformidade com Padrões de Segurança: deve estar em conformidade com:

9.10.1. Resolução nº 738, de 6 de dezembro de 2021 - Institui a Política de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

9.10.2. Resolução nº 06, de 07 de abril de 2008 - Dispõe sobre a implantação da Política de Segurança da Informação do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

9.10.3. Resolução nº 468 de 15/07/2022, Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

9.10.4. Resolução CNJ nº 370/2021, institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).

9.10.5. Resolução CNJ nº 396, de 7 de junho de 2021, que institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ).

9.10.6. Portaria Nº 162 de 10 de junho de 2021 (e anexos), que aprova Protocolos e Manuais criados pela Resolução CNJ nº 396/2021, que instituiu a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ).

9.10.7. LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados (Lei no 13.709/2018), e Marco Civil da Internet Lei no 12.965/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

10.1. A vigência do presente contrato é de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de assinatura.

10.1.1. Os itens 6, 7 e 10 poderão ser prorrogados sucessivamente por até dez anos, na forma do artigo 107 da Lei n. 14.133, de 2021.

10.2. A prorrogação deve ser materializada pela juntada dos seguintes elementos:

- a. relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- b. justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço; c. comprovação de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a administração, permitida a negociação com a CONTRATADA;
- d. manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;
- e. comprovação de que a CONTRATADA mantém as condições exigidas para a habilitação na licitação;
- f. atestação da existência de créditos orçamentários vinculados à contratação.

10.2.1. O CONTRATANTE não poderá prorrogar o contrato quando a CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade, suspensão temporária ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

10.2.2. A prorrogação deve ser autorizada pela autoridade competente e promovida mediante celebração de termo aditivo, o qual deverá ser submetido à aprovação da unidade de assessoramento jurídico do CONTRATANTE.

10.3. Será consultada a situação da CONTRATADA no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin, nos termos do art. 6º, III, da Lei n. 10.522/2002.

10.3.1. A CONTRATADA, ainda que inscrita no Cadin, poderá ter o contrato prorrogado na hipótese de ausência de impeditivos à continuidade do contrato.

10.4. O término da vigência deste contrato não exime a CONTRATADA das obrigações assumidas com relação às garantias oferecidas, por força da **CLÁUSULA SÉTIMA** deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PREÇO

11.1. As partes ajustam que os preços dos serviços são os constantes da Proposta apresentada pela CONTRATADA em 29/10/2024, conforme documento SEI 0659932:

Item	Especificação do Objeto	Marca/ Modelo	Unidade	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
6	Licença de uso de software de governança, compliance e segurança de dados sensíveis com análise comportamental de usuários do Microsoft Active Directory	VARONIS DA-AD, DAWIN, DCF, AE, DCL, DLS;	Usuário	550	2.320,00	1.276.000,00
7	Licença de uso de software de governança, compliance e segurança e proteção de dados sensíveis	VARONIS DA-ENTRA, DA-SHAO, DA-ONE, DA_EXOL (ou DA_EXCH), DCFSHAO, DCF-ONE AE, DLS, DCL; ou DAC-GD + DAC-DCF; ou DCAWS + DAC-DCF;	Usuário	500	2.320,00	1.160.000,00
8	Serviço de instalação, implantação, parametrização e operacionalização para itens 6 e 7.		Serviço	1	19.000,00	19.000,00
9	Treinamento oficial		Turma	1	37.000,00	37.000,00
10	Serviço de apoio a análise, investigação e tratamento de incidentes de segurança, com duração de (1h) uma hora por semana.		Mês	24	2.100,00	50.400,00
TOTAL						2.542.400,00

11.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais

incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE

12.1. Em relação aos **itens 8, 9 e 10 do Lote 2**, os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado(s) da data do orçamento estimado.

12.1.1. Considera-se a data de orçamento estimado o dia 16/08/2024.

12.1.2. Decorrido o prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante negociação entre as partes tendo como limite a variação acumulada do Índice de Custo da Tecnologia da Informação - ICTI, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.1.2.1. para os **itens 8 e 9**, em se tratando de contrato por escopo, o saldo contratual sobre o qual incidirá o reajuste será informado pela fiscalização do contrato.

12.1.2.1.1. Na apuração do saldo contratual para incidência do reajuste serão deduzidos - além dos serviços medidos e pagos até o momento de aquisição do direito ao reajuste - os serviços previstos em cronograma físico-financeiro mas não executados por culpa exclusiva da CONTRATADA.

12.2. Em relação aos **itens 6 e 7 do Lote 2**, os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis durante o prazo de vigência das licenças.

12.2.1. Decorrido o prazo inicial de vigência das licenças, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante negociação entre as partes tendo como limite a variação acumulada do Índice de Custo da Tecnologia da Informação - ICTI.

12.3. A inércia da CONTRATADA na resposta à negociação implicará na aceitação tácita da variação apurada pelo CONTRATANTE.

12.4. O início da abertura de negociação do reajuste poderá ser realizado tanto pelo CONTRATANTE quanto pela CONTRATADA.

12.5. Nos reajustes subsequentes, será observado o mesmo interregno mínimo utilizado para a concessão do primeiro reajuste.

12.6. No caso de atraso ou não divulgação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação - ICTI, o reajustamento poderá ser calculado pela última variação conhecida (aferição parcial), aplicando-se a diferença correspondente tão logo seja divulgado o(s) índice(s) definitivo(s).

12.7. Nas aferições finais, o reajuste terá como limite a variação acumulada definitiva do Índice de Custo da Tecnologia da Informação - ICTI do período.

12.8. O reajuste será calculado a partir da variação apurada pelo fator de correção monetária (FCM), considerando-se as seguintes fórmulas:

12.8.1. $Pr = P + (P \times I)$, onde: **Pr** = preço reajustado (após o reajuste); **P** = preço atual (antes do reajuste); **I** = índice de preços acumulado no período, de forma que $(P \times I)$ significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

12.8.2. $I = (FCM - 1)$, onde: **I** = índice de preços acumulado no período; **FCM** = fator de correção monetária acumulado no período, calculado, por sua vez, mediante as seguintes fórmulas:

a. $FCM = (f_1 \times f_2 \times \dots \times f_n)$, onde: f_1 a f_n correspondem aos fatores de correção monetária do mês de início da apuração (f_1) até o mês final da apuração (f_n);

b. $f = (1 + i)^n$, onde: **f** = fator de correção mensal; **i** = percentual do índice de correção divulgado para o mês dividido por 100; **n** = quantidade de dias, considerando o mês comercial;

c. $n = (Q_a / Q_t) \times 30$, onde: **n** = quantidade de dias, considerando o mês comercial; **Q_a** = quantidade de dias no mês que fazem parte do período de apuração; **Q_t** = quantidade total de dias no mês.

12.9. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.11. O direito de reajuste precluirá após dois anos, contados, para o primeiro reajuste, da data estabelecida no orçamento estimado, e, para os demais, da data dos efeitos do último reajuste concedido, caso a CONTRATADA não o requeira dentro do respectivo período aquisitivo.

12.11.1. Ainda que no prazo estabelecido na cláusula **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA, ITEM 11**, também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

12.12. O reajuste, se cabível, será realizado por apostilamento.

12.13. O reajuste não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos, com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea *d*, da Lei n. 14.133/2021.

12.14. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, ou encargos legais, ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

12.15. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO E DADOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As partes ajustam que o valor do presente contrato fica estimado em **R\$ 2.542.400,00** (dois milhões, quinhentos e quarenta e dois mil e quatrocentos reais).

13.1.1. O valor definido acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

13.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 090026;

II. Fonte de Recursos: 100000000;

III. Programa de Trabalho: 02.061.0033.4257.000;

IV. Natureza de Despesa: 33.90.40;

V. Nota de Empenho: 2025NE000395

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13.4. A adequação orçamentária para as despesas decorrentes da presente contratação para o Conselho da Justiça Federal está prevista no documento 0753039.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FATURAMENTO, DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

14.1. Para efeitos de faturamento, liquidação e pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar documento de cobrança com nome e número do banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado.

14.1.1. Os documentos de cobrança deverão ser encaminhados pela CONTRATADA por meio do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária (**SIGEO**), conforme Portaria CJF nº 480 de 21 de agosto de 2024, e também para o e-mail do gestor do contrato: sutec@cjf.jus.br.

14.2. O prazo para pagamento à CONTRATADA e as demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato, inclusive as condições quanto ao faturamento e à liquidação.

14.3. Em relação aos serviços prestados no mês de dezembro, a CONTRATADA deverá emitir o documento fiscal até o final da primeira quinzena do mês e encaminhá-lo ao gestor do contrato, juntamente com toda a documentação obrigatória, para atesto do período de efetiva prestação de serviços e envio para para liquidação e pagamento.

14.3.1. Excepcionalmente, e desde que o contrato seja continuado, o gestor poderá justificar a ausência de algum documento e encaminhar a nota fiscal para liquidação e pagamento, após regular autorização, sem prejuízo da posterior apresentação daquele.

14.3.2. Em janeiro do ano seguinte, o gestor deverá atestar o período restante e encaminhar o processo novamente para o pagamento complementar, que deverá ser objeto de liberação somente após a apresentação de toda a documentação exigida mensalmente.

14.3.3. A emissão de faturamento parcial poderá ser solicitada ou não pelo CJF, a depender das condições para finalizar o processo da despesa (liquidação e pagamento), não havendo obrigação contratual do pagamento parcial em dezembro.

14.4. A CONTRATADA poderá solicitar alteração do CNPJ do estabelecimento responsável pela execução do objeto da contratação e da respectiva cobrança de pagamento (matriz ou filial) mediante prévia justificativa documental reconhecida pelo CONTRATANTE.

14.4.1. Na hipótese da cláusula [CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA, ITEM 4](#), os valores ajustados no contrato poderão ser revisados para corrigir eventual repercussão fiscal e tributária que proporcione ganho ou compensação a favor da CONTRATADA.

14.5. Ressalvada a exceção prevista no inciso I do § 3º do art. 137 da Lei nº14.133/2021, a CONTRATADA terá direito à extinção do contrato na hipótese de atraso superior a dois meses, contado da emissão da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pelo CONTRATANTE por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e seus anexos e de outras decorrentes da natureza jurídica do ajuste, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a. assumir, com exclusividade, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- a.1. somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- a.2. a inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos de que trata o item acima não transferirá ao CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento.
- b. utilizar materiais novos, de primeira qualidade, e que obedeçam as normas da ABNT e estejam de acordo com as especificações do Termo de Referência, sendo que o CONTRANTE poderá exigir a qualquer momento ensaios ou certificados de qualidade destes materiais, com as despesas decorrentes por conta da CONTRATADA;
- c. indicar e manter preposto aceito pelo CONTRATANTE para representá-la na execução do objeto;
- d. fornecer, a qualquer momento, todas as informações pertinentes ao objeto deste contrato que o CONTRATANTE julgue necessário conhecer ou analisar;
- e. atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- f. comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- g. paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada conforme a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- h. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais, bens ou serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais nestes empregados;
- i. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à administração ou terceiros, em virtude de dolo ou culpa de seus empregados, quando estiverem nas dependências do CONTRATANTE, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- j. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- k. promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- l. submeter seus empregados, durante a permanência nas dependências do CONTRATANTE, aos regulamentos de segurança e disciplina por este instituído, dando-lhes conhecimento formal, em especial, da Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual e de todas as formas de discriminação do Poder Judiciário, disposta na Resolução CNJ n. 351, de 28 de outubro de 2020, e das regras constantes do Código de Conduta do Conselho da Justiça Federal, disciplinado pela Resolução CJF n. 147 de 15 de abril de 2011.

- m. vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal, nos termos do art. 3º da Resolução CNJ n. 7/2005;
 - n. não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal, ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei n. 14.133/2021 e da Resolução CNJ n.7/2005, com a redação que lhe fora conferida pela Resolução CNJ n. 229/2016;
 - o. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
 - p. não possuir, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - q. cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, conforme o art. 116 da Lei n.14.133/2021;
 - r. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação que ensejaram a contratação;
 - s. entregar ao responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ou quando solicitado pelo CONTRATANTE, os seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SicaF: prova de regularidade relativa à Seguridade Social; certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio, ou sede do contratado, quando for o caso; certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
 - t. devolver, caso o objeto não seja executado, o valor antecipado, corrigido monetariamente conforme regra constante do Termo de Referência, anexo a este contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 15.2. Poderá o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir da CONTRATADA a comprovação das condições referidas na alínea r desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 16.1. Além de exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, previstas neste contrato e seus anexos, e de outras decorrentes da natureza do ajuste, deverá o CONTRATANTE:
- a. proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso de representantes, prepostos ou empregados da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE, observadas as normas de segurança institucional do Tribunal;
 - b. emitir decisão sobre reajustamento de preços e reequilíbrio econômico-financeiro, respectivamente, nos prazos de 39 e de 76 dias úteis, e sobre quaisquer solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, no prazo de noventa dias corridos, todos os prazos a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
 - b.1. Os referidos prazos ficarão suspensos enquanto a contratada não cumprir as diligências do CONTRATANTE.
 - c. acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
 - d. receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este contrato;
 - e. notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para ser por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
 - f. efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor incontroverso correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, na forma e nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este contrato;
 - g. aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei, no edital de licitação e neste contrato;
 - h. cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
 - i. notificar os emitentes das garantias contratuais, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. As partes envolvidas no presente contrato deverão observar as disposições da Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, quando do tratamento dos dados pessoais ou dados pessoais sensíveis, em especial quanto à finalidade, boa-fé e demais princípios insculpidos no art. 6º da LGPD.

17.2. O CONTRATANTE figura na qualidade de Controlador de dados quando fornecidos à CONTRATADA para tratamento, sendo esta enquadrada como Operadora dos dados. A CONTRATADA será Controladora dos dados com relação a seus próprios dados e suas atividades de tratamento.

17.3. O tratamento de dados pessoais deverá se limitar ao mínimo necessário para a execução deste contrato, sendo observados:

- a. a compatibilidade com a finalidade especificada;
- b. o interesse público;
- c. a regra de competência administrativa aplicável à situação concreta.

17.4. O CONTRATANTE tratará dados pessoais e dados pessoais sensíveis dos representantes, prepostos e colaboradores da CONTRATADA para viabilizar a prestação dos serviços contratados, bem como o acesso às instalações físicas e aos sistemas de informação essenciais ao desenvolvimento das atividades contratadas, além de cumprir com o dever legal de fiscalização na execução do contrato.

17.4.1. Os dados pessoais dos representantes, prepostos e colaboradores da CONTRATADA, obtidos em razão desse contrato, poderão ser divulgados pelo CJF com a finalidade de cumprir mandamentos legais e jurisprudenciais relacionados à transparência.

17.5. A CONTRATADA está obrigada a guardar sigilo por si, por seus representantes, prepostos e colaboradores, nos termos da LGPD, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento ou ter acesso em razão do contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências de eventual tratamento indevido ou uso em desconformidade com o objeto do contrato.

17.6. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Proteção de Dados Pessoais do CJF, cujos princípios deverão ser aplicados ao tratamento dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis.

17.7. A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais tratados, causados em decorrência da prestação dos serviços contratados, por inobservância à LGPD.

17.8. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, para que a CONTRATANTE adote, se for o caso, as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

17.9. Extinto o vínculo contratual ou alcançado o objeto que encerre o tratamento de dados pessoais, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art. 16 da LGPD.

17.10. Os casos omissos em relação ao tratamento dos dados pessoais que forem confiados à CONTRATADA, e não puderem ser resolvidos com amparo na LGPD, deverão ser submetidos à fiscalização para que decida previamente sobre a questão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. A CONTRATADA será responsabilizada, nos termos da Lei n. 14.133/2021, pelas seguintes infrações:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao contratante ou ao funcionamento dos serviços públicos, ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações descritas na cláusula [CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA, ITEM 1](#) as seguintes sanções:

a. advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato de obrigação principal ou acessória de pequena relevância, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

a.1. Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais, ou formais que não impactem objetivamente a execução do contrato e não causem prejuízos à administração.

b. multa moratória de:

b.1. 0,5% por dia de atraso na entrega das licenças, sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no termo de referência e neste contrato, até o limite de trinta dias;

b.2. 0,5% por dia de atraso na execução do item 8 do Lote 2, sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no termo de referência e neste contrato, até o limite de trinta dias;

b.3. 0,5% por dia de atraso na entrega do plano de implantação de que trata o [CLÁUSULA SEGUNDA, ITEM 1.1](#), sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no termo de referência e neste contrato, até o limite de trinta dias;

b.4. 1,5% por dia de atraso para início do item 9 do Lote 2, sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no termo de referência e neste contrato, até o limite de trinta dias;

b.5. 10% sobre o valor da parcela não cumprida, em caso de reincidência pelo descumprimento dos níveis de serviços de severidade 1;

b.6. 5% sobre o valor da parcela não cumprida, em caso de reincidência por 3 vezes consecutivas, pelo descumprimento dos níveis de serviços de severidade 2;

b.7. 3% sobre o valor da parcela não cumprida, em caso de reincidência por 4 vezes consecutivas, pelo descumprimento dos níveis de serviços de severidade 3;

b.8. 1% sobre o valor da parcela não cumprida, em caso de reincidência por 5 vezes consecutivas, pelo descumprimento dos níveis de serviços de severidade 4;

b.9. 5% sobre o valor total do item 10 do Lote 2, pelo descumprimento da prestação do serviço por mais de 3 (três) horas no mês.

c. multa moratória de 0,07%, por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, observado o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

c.1. A sanção prevista acima será substituída em impedimento de licitar e contratar com a União, na hipótese de o atraso na assinatura do contrato, decorrente da não entrega do seguro-garantia, provocar a solução de continuidade do objeto, por culpa exclusiva da adjudicatária.

d. multa compensatória de 20% sobre o valor da parcela não cumprida, no caso de inexecução parcial do objeto, caso haja interesse do CONTRATANTE na continuidade da execução do contrato, observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% do valor total do contrato, nos termos do §3º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021;

e. multa compensatória de 30% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial ou total do objeto, caso não haja interesse do CONTRATANTE na continuidade da execução do contrato em razão de descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das condições avençadas, o que ensejará a extinção do contrato, conforme dispõe o inciso I do art. 138 da Lei n. 14.133, de 2021;

f. impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo máximo de três anos, observada a dosimetria fixada no art. 10 da Instrução Normativa STJ/GDG n. 10 de abril de 2023, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas [b](#), [c](#) e [d](#) da cláusula [CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA, ITEM 1](#), sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

g. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, conforme a gravidade da infração e o prejuízo causado em decorrência das irregularidades constatadas, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas [e](#), [f](#), [g](#) e [h](#) da cláusula [CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA, ITEM 1](#), bem como nas alíneas [b](#), [c](#) e [d](#) que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

18.3. A sanção, o índice e a base de cálculo da alínea [b](#) da cláusula [CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA, ITEM 2](#) serão aplicados nos atrasos injustificados dos serviços de assistência técnica, no período de garantia, e da substituição do

produto defeituoso dentro do período de validade/garantia, caso previstos neste contrato.

18.4. Na hipótese de o limite máximo de atraso previsto alínea b da cláusula [CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA, ITEM 2](#) ser atingido, o gestor manifestará sobre o interesse na continuidade da contratação.

18.5. O atraso superior a trinta dias autoriza o CONTRATANTE a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

18.6. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados, e realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei n. 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.6.1. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da administração pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n. 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

18.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. o direito ao contraditório e à ampla defesa;
- b. os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e da vedação ao *bis in idem*;
- c. as causas excludentes de culpabilidade;
- d. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- e. as peculiaridades do caso concreto;
- f. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- g. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- h. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle e as diretrizes da Resolução CNJ n. 410, de 23 de agosto de 2021;
- i. o custo e benefício da instrução do processo em relação à sanção a ser aplicada.

18.8. O valor da multa aplicada, observada a seguinte ordem, será:

- a. descontado dos pagamentos devidos pela Administração;
- b. pago por meio de guia de recolhimento da União - GRU;
- c. descontado do valor da garantia prestada, se for o caso;
- d. cobrado judicialmente.

18.8.1. O CONTRATANTE pode, *ad cautelam*, efetuar a retenção do valor presumido da multa concomitantemente à instauração do regular procedimento administrativo sancionatório, no qual será assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa.

18.8.1.1. O valor da multa cautelarmente retido será liberado à CONTRATADA no prazo máximo de dez dias úteis, após o provimento do recurso ou da reconsideração da decisão que aplicou a penalidade.

18.8.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de dez dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.8.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será cobrada mediante GRU, descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.8.4. Os débitos da CONTRATADA para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo Conselho decorrentes deste contrato ou de outros firmados com a CONTRATADA, conforme o parágrafo único do art. 161 da Lei n. 14.133/2021, e na forma do art. 8º da Instrução Normativa Seges/ME n. 26/2022.

18.9. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste contrato.

18.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n. 14.133/2021.

18.12. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

18.13. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo quinze dias úteis, contada data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

19.1. A CONTRATADA entregará garantia no valor de R\$ 38.136,00 (trinta e oito mil cento e trinta e seis reais), correspondente a 3% do valor anual do contrato, no prazo máximo de dez dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, fiança bancária ou título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

19.2. A garantia, independentemente da modalidade escolhida, terá validade durante a vigência do contrato e assegurará o pagamento de:

- a. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b. multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA;
- c. prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d. indenizações decorrentes do inadimplemento da CONTRATADA.

19.3. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução, ou o adimplemento pela administração.

19.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

19.5. A apólice do seguro-garantia apresentada pela CONTRATADA ao CONTRATANTE permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

19.5.1. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste contrato mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

19.5.2. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário do contrato, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto na cláusula [CLÁUSULA DÉCIMA NONA, ITEM 6](#).

19.5.3. No caso de renovação, a modalidade seguro-garantia será somente aceita se contemplar todos os eventos indicados na [CLÁUSULA DÉCIMA NONA, ITEM 2](#), observada a legislação que rege a matéria.

19.6. Caso opte pela modalidade de garantia caução em dinheiro, a CONTRATADA manterá conta específica para o depósito de valores oferecidos em garantia/caução referentes exclusivamente a contratos firmados com o CONTRATANTE.

19.6.1. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

19.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.8. A garantia, na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador ao benefício de ordem, a que se refere o art. 827 do Código Civil.

19.9. A CONTRATADA autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

19.10. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.10.1. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

19.10.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora dessa vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n. 662, de 11 de abril de 2022.

19.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de dez dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.12. A garantia será somente liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

19.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE para apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

19.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

20.1. O presente contrato poderá ser extinto nas hipóteses estabelecidas nos arts. 137, 138 e 139 da Lei n. 14.133/2021, o que a CONTRATADA declara conhecer.

20.2. Em relação aos 8, 9 e 10 do Lote 2, na hipótese de a CONTRATADA dar causa à rescisão, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que aquela tenha direito.

20.2.1. Em relação aos itens 6 e 7 do Lote 2, na hipótese de a CONTRATADA dar causa à rescisão, fica esta obrigada a ressarcir o valor proporcional ao período de serviços não prestados ao CONTRATANTE, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

20.3. Quando a não conclusão do objeto decorrer de culpa da CONTRATADA, esta será constituída em mora, com a consequente aplicação das sanções administrativas cabíveis.

20.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, caso o pedido da CONTRATADA tenha sido formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

21.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

21.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de um mês.

21.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÍCIOS

22.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

22.1.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do CONTRATANTE.

22.2. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

22.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte da CONTRATADA (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

22.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (CONTRATADA) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

22.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

23.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no seu Portal de Transparência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO

24.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. A presente contratação precedida da Licitação n. 90074/2024 (STJ), na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com fundamento na Lei n. 14.133/2021, na Lei Complementar n. 123/2006, e no Decreto n. 8.538/2015 na autorização constante do Processo 0000921-59.2024.4.90.8000, na Ata de Registro de Preços STJ n. 031/2024 e nas condições da Proposta apresentada pela CONTRATADA em 29/10/2024, razão pela qual integram este ajuste.

25.1.1. A lavratura deste contrato foi autorizada por meio do ato Despacho 0755732 (Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral do CJF).

25.2. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) - e normas e princípios gerais dos contratos.

25.3. A CONTRATADA declara que recebeu, está de acordo e aceita como ANEXO(S) e parte integrante e inseparável deste contrato, para todos os fins e efeitos jurídicos, o(s) link(s) citado(s) neste contrato, que está(ão) individualmente identificado(s) pelo número atribuído pelo sistema eletrônico do CONTRATANTE (SEI) exclusivamente para esse fim.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado, é lavrado o presente instrumento no Sistema Eletrônico de Informações do Superior Tribunal de Justiça (SEI/CJF), após lido e assinado eletronicamente pelas partes.

LUIZ ANTONIO DE SOUZA CORDEIRO

Diretor Executivo de Administração e de Gestão de Pessoas do CJF

JOSÉ ÁNDRE MENDES COIMBRA

Sócio Administrador da JAMC Consultoria e Representação de Software

/
/
/**ANEXO I DO CONTRATO****DECLARAÇÃO DE DESCARACTERIZAÇÃO DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**

I - Declaro, para fins de execução contratual, que os empregados da CONTRATADA não prestarão serviços com dedicação exclusiva e/ou contínua para o CJF, conforme previsto no art. 1º, § 1º, da Resolução CNJ n. 169, de 31 de janeiro de 2013, com a redação introduzida pela Resolução CNJ n. 248, de 24 de maio de 2018.

JOSÉ ÁNDRE MENDES COIMBRA

Sócio Administrador da JAMC Consultoria e Representação de Software

/
/
/**ANEXO II DO CONTRATO****TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO**

O **CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**, inscrito no CNPJ sob o n. 00.508.903/0001-88, com sede no Setor de Clubes Esportivos Sul, Trecho III, Polo 8, Lote 9, Brasília - DF, denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a **JAMC CONSULTORIA E REPRESENTACAO DE SOFTWARE LTDA**, sediada na SCES Trecho 2, Centro de Lazer Beira Lago, Conj 08, Loja 03, Asa Sul, Brasília-DF, CNPJ n. 24.425.034/0001-96, denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO a assinatura do CONTRATO CJF N.º **034/2025**, celebrado com a CONTRATADA para fornecimento e prestação dos serviços objeto do contrato;

CONSIDERANDO a Lei n. 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, permitindo o processamento de ações judiciais por meio de autos total ou parcialmente digitais, utilizando, preferencialmente, a rede mundial de computadores e acesso por meio de redes internas e externas e determinando que os processos eletrônicos deverão ser protegidos por meio de sistemas de segurança de acesso e armazenados em meio que garanta a preservação e integridade dos dados, sendo dispensada a formação de autos suplementares, dentre outras determinações;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições para regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas, verbais ou de qualquer outro modo apresentadas, tangíveis ou intangíveis, entre outras, doravante denominadas simplesmente de INFORMAÇÕES, que a CONTRATADA tiver acesso em virtude da execução contratual;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Conselho da Justiça Federal de que a CONTRATADA tomar conhecimento em razão da execução do CONTRATO, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às INFORMAÇÕES;

CONSIDERANDO a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Conselho da Justiça Federal de que a CONTRATADA

tomar conhecimento em razão da execução do CONTRATO, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às INFORMAÇÕES;

Cláusula Primeira - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste instrumento o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao acesso de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução dos serviços celebrados entre as partes.

Cláusula Segunda - DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

2.1 Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

2.2 Informação: é o conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

2.3 Informação Pública ou Ostensiva: são aquelas cujo acesso é irrestrito, obtida por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pelo CONTRATANTE.

2.4 Informações Sensíveis: são todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômicos, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a Sociedade e o Estado brasileiros.

2.5 Informações Sigilosas: são aquelas cujo conhecimento irrestrito ou divulgações possam acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aquelas necessárias ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Cláusula Terceira - DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS

3.1 Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada.

3.2 O TERMO informação abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não à execução do serviço, doravante denominadas INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações da prestação de serviços celebrado entre as partes.

3.3 A CONTRATADA se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer INFORMAÇÕES que venham a ser fornecidas pelo CJF, a partir da assinatura do contrato, devendo ser tratadas como INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pelo CJF;

Parágrafo Primeiro - Comprometem-se, as partes, a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do serviço em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do serviço.

Parágrafo Segundo - As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto.

Parágrafo Terceiro - As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- a) Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação;
- b) Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- c) Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quarta - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

4.1 As partes se comprometem e se obrigam a utilizar a informação sigilosa revelada pela outra parte exclusivamente para os propósitos da execução do serviço, em conformidade com o disposto neste TERMO.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do serviço sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I - A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros da extensão e danos ocorridos devido ao ataque cibernético, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto - Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I - Quando requeridas, as informações deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes;

II - Os produtos gerados na execução do CONTRATO, bem como as INFORMAÇÕES repassadas à CONTRATADA, são única e exclusiva propriedade intelectual do CJF;

III - A CONTRATADA obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativos aos produtos gerados e às INFORMAÇÕES que venham a ser reveladas durante a execução do CONTRATO;

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do serviço.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I - Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II - Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das Informações Proprietárias por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III - Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV - Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Quinta - DA VIGÊNCIA

5.1 O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretirável, permanecendo em vigor desde a assinatura contratual até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão da execução do serviço.

Cláusula Sexta - DAS PENALIDADES

6.1 A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão dos CONTRATOS firmados entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme artigos 155 a 163 da Lei n. 14.133/2021.

Cláusula Sétima - DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 Este TERMO é parte integrante e inseparável do CONTRATO CJF N.º **034/2025**, que é parte independente e regulatória deste instrumento;

Parágrafo Primeiro - Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações deles decorrentes, ou se constatando casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios da legalidade, de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo - O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro - Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I - O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II - A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao contrato celebrado entre as partes;

III - A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV - Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentações brasileiras pertinentes;

V - O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI - Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII - O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao contrato celebrado entre as partes;

VIII - Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar Informações Sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Oitava - DO FORO

8.1 As questões decorrentes deste Termo serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA INFORMAÇÃO é assinado pelas partes na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 11.419/2006.

LUIZ ANTONIO DE SOUZA CORDEIRO

Diretor Executivo de Administração e de Gestão de Pessoas do CJF

JOSÉ ÁNDRE MENDES COIMBRA

Sócio Administrador da JAMC Consultoria e Representação de Software



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ ANDRÉ MENDES COIMBRA**, **Usuário Externo**, em 08/09/2025, às 16:44, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Antonio de Souza Cordeiro**, **Diretor(a) Executivo(a) - Diretoria Executiva de Administração e de Gestão de Pessoas**, em 09/09/2025, às 11:00, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0758500** e o código CRC **E9321AB3**.